

Decisão do STF pode mudar aposentadoria

FOLHAPRESS - 27/08/2009

Julgamento sobre a desaposentação, em curso no Tribunal, vai apontar novas regras para quem se aposenta e continua a trabalhar

BRASÍLIA

Um julgamento iniciado na última quinta-feira pelo Supremo Tribunal Federal (STF) deve levar o governo a mudar as regras de aposentadoria dos trabalhadores pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Em discussão no STF está a possibilidade de que está sendo chamado de "desaposentação": uma pessoa se aposenta por tempo de serviço, mas, para complementar a renda, volta a trabalhar e a contribuir com a Previdência.

Para se beneficiar das contribuições adicionais, os beneficiários querem anular a primeira aposentadoria para que a Previdência recalcule o que deveriam receber.

Relator do processo no STF, o ministro Marco Aurélio Mello votou no sentido de permitir a desaposentação.

Argumentou que o beneficiário volta a trabalhar para melhorar sua renda e é obrigado por lei a contribuir novamente. Não seria justo, conforme argumentou, que não tivesse direito de ter a contribuição adicional revertida para sua aposentadoria.

Hoje, o trabalhador já aposentado e que continua pagando a Previdência só faz jus, em decorrência dessas novas contribuições, ao salário-família e ao auxílio-acidente.

O julgamento foi adiado por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Esse caso começou com uma decisão contrária à possibilidade de desaposentação.

A contribuinte Lucia Costella recorreu da primeira decisão ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região e perdeu novamente. De lá, o processo subiu para o STF.

Ela contesta a constitucionalidade do trecho da lei que determina que "o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que permanecer em atividade sujeita a este regime, ou a ela retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade".

IMPACTO

Hoje, pelos dados do governo, cerca de 500 mil aposentados continuam trabalhando e contribuindo com a Previdência. Se todos pedirem para ter os benefícios recalculados, os custos para financiar o regime previdenciário aumentarão em R\$ 2,7 bilhões por ano.

Mas esse impacto será maior, argumenta o governo, porque a decisão servirá de estímulo para o contribuinte. O trabalhador se aposentará por tempo de serviço e terá uma renda garantida.



O MINISTRO Marco Aurélio Mello é a favor de novo cálculo dos benefícios

País recebe 21 novos modelos de celular

BRASÍLIA

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) homologou em agosto 21 novos modelos de telefones celulares para serem utilizados no Brasil.

Segundo a Consultoria Teleco, significou um crescimento importante no volume de certificações, sendo que do total, oito foram da Terceira Geração - 3G de celular (sete usando tecnologia HSDPA) e 13 GSM.

A Samsung foi a fabricante que apresentou mais modelos, com três novas homologações, mas todas as outras fabricantes

homologaram ao menos um aparelho.

O destaque foi o iPhone 4 quem vem com o dobro de resolução de tela do que o modelo anterior e é mais fino. O produto da Apple começou a ser vendido esta semana pelas operadoras de telefonia móvel.

Os fabricantes que tiveram modelos homologados pela Anatel em agosto foram: Apple; HP; Huawei; Nokia; Research in Motion; Samsung; Symbol Technologies do Brasil S/A; LG; Shenzhen; SIMM; SIMM SOL; Sony Ericsson (W150i); e TCT Mobile International Limited.